

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Título I – Da Natureza

Art. 1º - A Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Lei 10.861 de 14/04/04, tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (Art. 11 da Lei 10.861/04).

Título II – Da Constituição

Art. 2º - A Comissão Própria de Avaliação, constituída por ato do dirigente máximo da Instituição de Ensino Superior, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. (Art. 11 inciso I da Lei 10.861/04).

Art. 3º - A Comissão Própria de Avaliação, incluindo seu coordenador, será designada pelo reitor por meio de Portaria, e terá a seguinte composição:

- I - 3 (três) representantes do corpo docente e três suplentes;
- II - 3 (três) representantes do corpo técnico-administrativo e três suplentes;
- III - 3 (três) representantes do corpo discente e três suplentes;
- IV - 3 (três) representantes da sociedade civil organizada e três suplentes.

Art. 4º - Os membros a que se referem os incisos I e III serão indicados pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação, por terem se destacado em atividades de caráter acadêmico, o que assegura a representação de cada Centro.

Art. 5º - Os membros a que se referem os incisos II e IV serão indicados pelo presidente da FUSVE, mantenedora da USS, por terem se destacado nas atividades de seu segmento, o que assegura a representação das diferentes áreas do conhecimento.

Parágrafo Único. O membro da sociedade civil organizada será indicado pelo dirigente máximo da Instituição de Ensino Superior, mediante comprovada atuação que se volte à promoção de atividades sociais, educacionais e culturais na comunidade.

Art. 6º - A Comissão Própria de Avaliação terá estrutura de apoio para o levantamento dos dados necessários às atividades solicitadas pelo INEP.

Art. 7º - Os membros da Comissão Própria de Avaliação terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos quantas vezes a Coordenação da CPA achar conveniente para a Instituição.

Parágrafo Único. O mandato dos membros da CPA encerrar-se-á antes do prazo determinado, nos seguintes casos:

- I - Morte;
- II - Renúncia;

- III - Falta de justificativa a duas reuniões consecutivas;
- IV - Quebra de sigilo dos assuntos discutidos em reuniões;
- V - Falta de decoro;
- VI - A não observância dos artigos 217 e 218 do Regimento Interno da USS.

Art. 8º - Para cumprir bem seus objetivos e atribuições, a Comissão Própria de Avaliação poderá, a qualquer tempo, baseada no inciso II, Art. 11, que assegura atuação autônoma em relação aos Conselhos dos demais Órgãos Coligados existentes na Instituição de Ensino Superior, solicitar informações aos setores, aos coordenadores, ou a quaisquer outros órgãos que compõem sua estrutura funcionam da instituição.

Título III – Da Competência da CPA

Art. 9º - Compete à CPA:

- I - Acompanhar os processos de autoavaliação da instituição;
- II - Planejar, desenvolver e coordenar a supervisão da avaliação interna da Universidade;
- III - Solicitar dos cursos os planos e metas;
- IV - Avaliar o cumprimento dos objetivos e metas dos diversos cursos e da universidade;
- V - Dar ampla divulgação de todas as suas atividades no âmbito da CPA.

Art. 10 - Compete ao coordenador da CPA:

- VI - Elaborar o relatório anual de avaliação;
- I - Convocar e presidir as reuniões;
- II - Representar a Comissão, quando necessário;
- III - Elaborar as atas das reuniões;
- IV - Prestar informações aos membros da CPA sobre melhorias, apontadas anteriormente como fragilidades, nas avaliações internas.

Art. 11 - Compete aos membros da CPA:

- I - Participar das reuniões, sempre que convocados;
- II - Contribuir com discussões na busca de soluções para fragilidades institucionais, quando houver;
- III - Manter atualizado endereço, telefone e correio eletrônico, junto à Coordenação da Comissão;
- VII - Dar ampla divulgação de todas as suas atividades, no âmbito dos segmentos a que representam.

Título IV – Das Disposições Finais

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos mediante consulta aos Colegiados Superiores.

Art. 13 - O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário - CONSU.